

**TRABALHO PEDAGÓGICO REMOTO:  
QUESTÕES EMERGENTES  
E QUESTÕES  
DE SEMPRE\***

Joana Peixoto\*\*

Mary Aurora da Costa Marcon\*\*\*

**Resumo:** *o presente artigo propõe um debate no que concerne à relação entre as condições objetivas do fenômeno da pandemia de COVID-19 e suas implicações para o campo educacional. Parte de considerações sobre o contexto da pandemia e a adoção do trabalho remoto nas escolas, salientando que é fundamental distinguir entre a emergência sanitária e a emergência educacional. A discussão aqui apresentada baseia-se em revisão bibliográfica. Considera que há aspectos específicos a serem respeitados no contexto do distanciamento social; no entanto, o regime emergencial de aulas não presenciais adotado para compensar o fechamento das escolas, depara-se com as redes públicas de ensino debilitadas e a precarização do trabalho docente. Esse momento de emergência acirra desigualdades sociais preexistentes e acentua a expropriação do trabalhador. Assim, as questões que emergem do contexto pandêmico precisam ser consideradas em articulação às questões educacionais já existentes no cenário brasileiro. O texto afirma que a natureza social da educação formal se con-*

\* Recebido em: 14.08.2021. Aprovado em: 10.08.2022.

\*\* Doutora em Educação (Universidade Paris 8). Mestre em Educação (Universidade Federal de Goiás). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto Federal de Goiás. Pedagoga. Líder do Kadjót - Grupo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre as relações entre as tecnologias e a educação. *E-mail:* joana.peixoto@ifg.edu.br

\*\*\* Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Especialista em Gestão Educacional pela Universidade. Pedagoga. Pesquisadora integrante do Kadjót- Grupo Interinstitucional de Estudos e Pesquisas sobre as relações entre as tecnologias e a educação.

*E-mail:* marymarcon60@gmail.com

*serva, visto que a pandemia não revolucionou a forma como os homens produzem a sua existência material. Então, não se trata de reformular inteiramente a organização dos processos educacionais de forma a redefinir o papel social da escola e, tampouco, as finalidades educativas.*

**Palavras-chave:** *Pandemia por COVID-19. Regime emergencial de aulas não presenciais. Tecnologias e Educação.*

O presente artigo parte de considerações sobre o contexto da pandemia da COVID-19 e a adoção do trabalho remoto nas escolas, considerando que é fundamental distinguir entre a emergência sanitária e a emergência educacional. A primeira visa salvar vidas e a segunda visa preservar a integridade física, moral e intelectual dos sujeitos educacionais e do sistema público de educação.

O percurso investigativo deste trabalho está ancorado na revisão bibliográfica, objetivando trazer o debate no que concerne à relação entre as condições objetivas do fenômeno da pandemia da COVID-19 e suas implicações no campo educacional.

Essa revisão bibliográfica baseia-se nos estudos realizados, entre março de 2020 e julho de 2021, com vistas a fundamentar a nossa participação nos eventos de formação docente, promovidos por diversas instituições educacionais, como secretarias de educação, universidades e demais instituições de ensino.

Tivemos como critério para a seleção dos artigos de jornais, de periódicos científicos e livros publicados sobre o tema neste período, aqueles que apresentavam: (1) a visão da tecnologia como instrumento social e historicamente constituído; (2) a concepção de educação como formação humana, no sentido da socialização do patrimônio cultural acumulado pela humanidade; (3) a definição da crise sanitária como uma realidade gerada e aprofundada pela crise do capital.

As aulas não presenciais com uso de tecnologias, adotadas de forma improvisada, como uma espécie de vacina para enfrentar os problemas educacionais, acentuaram as desigualdades que pretendiam atenuar. Propomos explicitar como a pandemia foi muito menos causa e muito mais um agente que acirrou a crise econômica e política pré-existente no Brasil e no mundo.

## O CONTEXTO DA PANDEMIA, O DISTANCIAMENTO SOCIAL E A CONTINUIDADE EDUCACIONAL: QUESTÕES EMERGENTES

No dia 18 de março foi publicada a Portaria do MEC nº 343 de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas digitais enquanto durar a situação de pandemia. Desde então, as instituições de Ensino Superior, as unidades escolares de educação básica, públicas e privadas, adotaram regimes distintos de funcionamento, como a suspensão de calendário, a antecipação de férias, as aulas remotas ou a distribuição de materiais impressos. Podemos observar uma implementação pedagógica sem muito planejamento, sem preparação das instituições, dos profissionais envolvidos, dos estudantes e familiares. A justificativa sanitária é o distanciamento social para a manutenção da vida, mas qual é a justificativa para a emergência no campo educacional?

Do ponto de vista da emergência educacional, a Unesco, nas mais diversas formas de manifestação (documentos, enquetes, reunião virtual com ministros de 73 países), sintetiza as preocupações que foram oficialmente manifestas nos primeiros meses que se seguiram desde que a Organização Mundial de Saúde decretou a pandemia: aliviar o impacto no currículo escolar; manter o vínculo dos estudantes com a escola, criando um sentimento de pertença tanto para eles, como para os professores; minimizar o alto custo social e econômico do fechamento das instituições educacionais; garantir a segurança alimentar, visto que a refeição servida nas escolas públicas é a principal fonte de alimentação de parte significativa dos estudantes; proteger menores e mulheres da maior exposição à violência e a comportamentos de risco (BRASIL, 2020).

A emergência de saúde, na época, repercutiu na educação também como uma emergência pedagógica, que se materializou principalmente por meio da “entrega de conteúdos” para os estudantes. A princípio, as escolas da rede pública adotaram como suporte para a comunicação com os estudantes e suas famílias, o aplicativo de mensagem WhatsApp. Produziram material impresso que foi disponibilizado de diversas formas: as atividades e tarefas impressas foram afixadas aos muros das escolas, penduradas em sacolas de plásticos nos portões das instituições de ensino ou entregues, por vezes, pelos próprios professores, no domicílio dos estudantes. Gradativamente, as secretarias de educação passaram

a investir em outros suportes tecnológicos e comunicacionais. Por um lado, dedicaram-se a aprimorar suas páginas na internet, montando plataformas gratuitas em sistemas pagos para divulgar banco de dados, videoaulas, dispositivos reprodutores de áudio e objetos de aprendizagem. Por outro, fizeram parcerias com canais de rádio e televisão, passando a produzir programas educativos.

Vale dizer que, mesmo dentre os professores que possuíam um computador, naquele momento, o equipamento poderia ser de uso compartilhado com familiares em regime de trabalho ou de estudo domiciliar. Da mesma maneira, professores tiveram de investir na melhoria de seu pacote de dados de acesso à internet. Mas há aqueles que não puderam arcar com as despesas para adquirirem equipamentos adequados ou serviço de internet “suficiente”. Sejam por essas razões ou ainda porque deveriam gravar videoaulas, realizar videoconferências, muitos professores foram obrigados a deslocar-se para a escola, colocando sua saúde em risco (CETICBr, 2020; CNTE, 2020; IBGE Educa, 2017).

Foram renovados os mecanismos de controle e vigilância ao trabalho docente. Um desses mecanismos foi a intensificação da cobrança, por parte da gestão escolar, de prestação de contas por meio de relatórios que documentavam as aulas remotas (BARBOSA, 2022; COSTA, 2021; MORENO, 2022; SOARES, 2020; ZIENTARSKIL; SOUSA; MARTINS, 2021).

Verificou-se a preocupação das secretarias de educação com a criação de estratégias de controle dos docentes. Como exemplo, Portelinha et al. (2021) relatam situação vivenciada por docentes vinculados à Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná. Segundo os autores, as estratégias de vigilância se deram “Primeiro, por meio dos tutoriais de ensino, que deveriam ser realizados no Google Meet e, caso não ocorresse a mobilização dos estudantes pelos professores, esses poderiam ser punidos com faltas” (p. 24).

De uma forma geral, as autoridades governamentais no campo da educação delegaram aos professores o papel de gerenciar a participação dos estudantes na sua aula. Vejamos a normativa do Conselho Nacional de Educação que sugere que,

*estados e municípios busquem alternativas para minimizar a necessidade de reposição presencial de dias letivos, a fim de permitir que seja mantido*

*um fluxo de atividades escolares aos estudantes enquanto durar a situação de emergência (AGÊNCIA BRASIL, 2020, s/p).*

A grande quantidade de novas atividades que se somavam àquelas já realizadas pelos docentes e o monitoramento das atividades realizadas nas aulas remotas concorreram para a extensão da jornada de trabalho e intensificaram a vigilância ao trabalho docente (BARBOSA, 2022; COSTA, 2021; SOARES, 2020; PORTELINHA *et al.*, 2021; ZIENTARSKIL; SOUSA; MARTINS, 2021).

Observamos ainda que, a adoção de pacotes prontos e de plataformas virtuais impuseram o ritmo e as formas de controle ao trabalho docente, permitindo a intensificação de um processo de controle alheio ao próprio trabalho, comprometendo a autonomia docente (COLEMARX, 2020; PRONKO, 2020).

A natureza surpreendente da situação provocou o esboço de algumas trilhas de uma espécie de pedagogia gerada, naquele momento de crise, que foi constituída pelos e para os próprios confinados. Como os professores engajaram-se no desenvolvimento de práticas adaptadas à situação, pode parecer que tenha havido uma adesão deles às diretrizes oficiais. No entanto, é preciso esclarecer que, mesmo após seis semanas de isolamento social, 83% dos professores brasileiros, em média, ainda se sentiam nada ou pouco preparados para o ensino remoto, que se tornou rotina em diferentes pontos do Brasil. É o que indica enquête realizada com 7.734 mil professores de todo o país entre os dias 13 de abril e 14 de maio de 2020 (INSTITUTO PENÍNSULA, 2020). E ainda, em dados coletados entre 15.654 professores das redes públicas da Educação Básica no período de 8 a 30 de junho de 2020, somente 28,9% dos respondentes afirmavam possuir facilidade para o uso de tecnologias digitais e mais da metade (53,6%) não possuía preparo para ministrar aulas não presenciais (GESTRADO, CNTE, 2020). Tratava-se, então, de menos uma adesão e mais uma obediência pressionada por ordens oficiais. Os professores tinham respondido para, de alguma maneira, honrar a promessa de continuidade educacional feita pelos governos, prefeitura, secretarias de educação, expressas em portarias, decretos, ordens normativas.

A partir do mês de agosto de 2020, as instituições públicas de Ensino Superior, que ainda não havia a ele aderido, passam a adotar o regime

emergencial de aulas não presenciais e, mesmo com a curva crescente de contágio pelo coronavírus com 563.562 óbitos confirmados<sup>1</sup>, boa parte dos estados indicavam o retorno às aulas presenciais.

Pudemos observar uma verdadeira obsessão no que diz respeito ao cumprimento do calendário escolar. As escolas de educação básica, começaram ainda no mês de março de 2020 a implementar o regime especial de aulas não presenciais com exceção de alguns estados e municípios que decretaram férias e dispuseram deste tempo para planejar e preparar algumas condições para a implantação do regime especial. Isto no que diz respeito à estrutura das instituições escolares, das secretarias de educação e de uma formação emergencial docente.

Entre as instituições de Ensino Superior, 54 das 69 universidades federais retomaram atividades na forma não presencial a partir de agosto de 2020 (ANDIFES, 2020). Na educação superior, a preocupação e o investimento de gestores tinham sido, prioritariamente, em ferramentas tecnológicas. As instituições de Ensino Superior investiram no empréstimo de computadores e no fornecimento temporário de pacote de dados aos estudantes que necessitavam.

Agravava-se ainda este quadro, com a pressão das instâncias governamentais (municipais, estaduais e federal) para o retorno às aulas presenciais da educação básica no início do segundo semestre de 2021. Em janeiro de 2021, o MEC publicou a Portaria nº 1.030 que estabeleceu o retorno às atividades presenciais em todas as instituições federais de Ensino Superior. Em agosto de 2021, em pronunciamento do ministro, o Ministério da Educação recomendou que estados e municípios retornassem às aulas presenciais (GOVBr, 2021).

Esse movimento aconteceu em um cenário em que a maioria dos professores foi vacinada somente com a primeira dose do imunizante, e os estudantes ainda não vacinados, o que poderia deflagrar novas ondas de contaminação e óbitos, considerando as diferentes mutações do sars-cov-2. Segundo os dados da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz - estavam circulando no país, uma média de 100 mutações do vírus, sendo que as mais dominantes eram as variantes P1, identificadas inicialmente no Amazonas; B.1.1.7, no Reino Unido e África do Sul; B.1.351 (AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS, 2021).

Essas medidas foram incoerentes com o contexto sanitário enfrentado pelo Brasil. As escolas foram abertas, no momento em que se

verificava uma curva exponencial de crescimento do número de casos de Covid-19 e de mortes no Brasil.

Até julho de 2021, os leitos dos hospitais apresentavam altos índices de ocupação e filas de espera em unidades de terapia intensiva. Verificávamos também a ausência de protocolos, de kits de medicamento para intubação e de concursos para ampliação do pessoal de saúde.

O Guia de Implementação de Protocolos de Retorno das Atividades Presenciais nas Escolas de Educação Básica (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020) apresentou, dentre suas recomendações: uso de máscara obrigatório; lavar frequentemente as mãos até a altura dos punhos, com água e sabão, ou higienizar com álcool em gel 70%; respeitar o distanciamento de pelo menos 1 (um) metro; não compartilhar objetos de uso pessoal, como copos e talheres, nem materiais didáticos, brinquedos ou jogos.

Para o cumprimento dos protocolos sanitários previstos, seriam necessárias medidas nacionais que possibilitassem reformas em todas as escolas públicas brasileiras, nos institutos de educação tecnológica e nas universidades públicas, de forma a construir novas salas de aula que garantissem o distanciamento de, no mínimo, 1 (um) metro entre os estudantes; além de promover reformas nos espaços escolares, melhorando a ventilação e a distribuição de lavatórios. Seria ainda, necessária, a contratação de servidores, para a realização de ações integradas com o sistema de saúde (que já estava colapsado diante dos protocolos necessários). Obrigatória também seria a alteração do serviço de transporte coletivo nas grandes cidades, de forma a evitar a superlotação. As condições para o atendimento a tais protocolos exigiam ações concretas, demandando tempo e aporte de recurso.

No que concerne ao suporte tecnológico, as instituições, de uma forma geral, estavam montando plataformas gratuitas em sistemas pagos. Esses sistemas foram desenvolvidos por empresas que cediam serviços gratuitos, acessando rotinas pedagógicas, conteúdos produzidos por professores e seus dados pessoais.

A chamada GAFAM (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft), agremiação das cinco grandes empresas norte americanas que dominam o mercado digital, ocupa o mercado educacional em nosso país, delineando um provável mercado cativo para o futuro (PRETTO *et al*, 2020).

Representantes da iniciativa privada como a Fundação Lemann, junto com outras organizações, têm buscado as instituições educacionais públicas, apresentando projetos de educação a distância e induzindo à adoção de plataformas de aprendizagem privadas pelas redes de ensino.

As ações emergenciais, no contexto da pandemia, tinham favorecido tal processo, por intermédio de procedimentos administrativos formais da administração pública que flexibilizavam as condições e os prazos para aquisição de bens e serviços.

*De forma mais direta, a Fundação Lemann está oferecendo um programa de “apoio técnico” para estruturar o ensino remoto, em parceria com a Imaginable Futures, para 12 redes públicas (duas redes estaduais e 10 municipais). Em outro âmbito, agindo junto ao MEC e o Conselho Nacional de Educação (CNE), o Todos pela Educação tem realizado discussões e webinários a fim de influenciar a agenda nacional (AVELAR, 2020, grifo da autora, s/p).*

Os estados de São Paulo, Paraná, Amazonas, Pará e Piauí utilizaram o aplicativo Mano nas aulas não presenciais. Tratava-se de um aplicativo de difusão de vídeos, criado para apoiar a campanha do presidente eleito em 2018. Esse aplicativo é de propriedade da empresa IP.TV, cujo principal canal é a TV Bolsonaro que oferecia programas com discursos, propagandas do governo e depoimentos de usuários que reproduziam notícias falsas e faziam apologia ao uso de armas e à ditadura militar. Os 7,7 milhões de estudantes e professores desses estados, ao cadastrarem-se nesse aplicativo, eram obrigados a concordar com as políticas de privacidade, que incluíam o acesso da IP.TV a dados das secretarias de educação, com informações como nome, e-mail, ano e série cursados. Além dos dados e informações, no aplicativo, era possível acessar o álbum de fotos, o microfone do celular e as mensagens em grupos de bate-papo, sendo que esses dados podiam ficar armazenados por até seis meses (AUDI; ZAMBARDA, 2020).

A adoção dessas plataformas virtuais favoreceu as empresas privadas, colocando em risco os princípios da educação pública e gratuita. Apresentadas como uma saída eficaz para os tempos de pandemia, as plataformas privadas num sistema de ensino não presencial, poderiam

ser definitivamente adotadas pelos sistemas públicos de ensino. Podia-se observar uma defesa dos supostos benefícios da educação a distância nos tempos de quarentena. Esses argumentos poderiam ser utilizados como justificativa para a implementação de um sistema de educação a distância em massa que favorecesse à iniciativa privada (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020)

Para tanto, afirmamos que é preciso demarcar que uma emergência educacional tem uma natureza distinta da emergência sanitária. Para salvar vidas precisamos de medidas profiláticas, ações de saúde coletivas e solidárias, acompanhamento e tratamento médico: custe o que custar!

Uma emergência educacional precisa atuar para manter vivos seus sujeitos, estudantes e professores. Isto é fundamental para manter socialmente ativa a escola. Nesse sentido, é preciso observar a realidade concreta das escolas públicas, dos estudantes e do trabalho docente que se apresenta no momento da adoção do regime emergencial de aulas não presenciais.

## PRECARIEDADE DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS, O DUALISMO E A FRAGILIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: QUESTÕES DE SEMPRE

Desde as reformas educacionais dos anos 1990, a educação brasileira tem se pautado pelos princípios econômicos de ordem neoliberal de quantidade, dos resultados e da eficiência. Junta-se a esse quadro o golpe de Estado e seus desdobramentos: corte de gastos para os setores sociais, a eliminação de direitos sociais e trabalhistas, o ataque ideológico ao conhecimento em todas as suas formas.

Nesse cenário, a pandemia da COVID-19 encontra uma escola pública já fragilizada. As escolas já se deparavam em uma situação de precariedade, as redes públicas de ensino já se encontravam instáveis e debilitadas e o trabalho do professor em processo crescente de flexibilização e de precarização (FRIGOTTO, 2017; OLIVEIRA, 2004; PEREIRA, EVANGELISTA, 2018; SANFELICE, 2016; SAVIANI, 2016, 2017, 2020).

Permaneciam os problemas essenciais que foram ignorados tanto pelas políticas educacionais pós-golpe como pelas ações e programas emergenciais. Essas últimas, não conseguiram superar a problemática

do sucateamento da maioria das escolas, muito menos do trabalho do professor que já estava em crescente situação de precarização.

Os problemas permaneciam e acentuavam-se diante do distanciamento social. Como exemplo, havia as desigualdades de acesso aos equipamentos de informática, de acesso à internet, além do fato de muitas famílias não dominarem os códigos e as linguagens praticadas nas escolas para poderem acompanhar os seus filhos nos afazeres educacionais. Em especial, os estudantes de baixa renda que não tinham recursos disponíveis para acompanhar as aulas *on-line*. (CAMPANHA..., 2020; CNTE, 2020; DOURADO; SANTOS NETO; BORGES, 2020; FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2020).

A continuidade educacional, representada pelo tipo de regime emergencial adotado, destacava de maneira flagrante e alarmante as desigualdades que atravessavam a educação e contra as quais devíamos lutar. Em um momento no qual a crise econômica aprofundava-se, a proposta de ensino não presencial revelava-se assim, uma proposta elitista, uma vez que os alunos mais abastados eram os que conseguiriam acompanhar com regularidade as aulas e acessar plenamente os conteúdos abordados.

Então, ao adotarmos essa forma de continuidade educacional endossamos as desigualdades já existentes, impondo aos jovens estudantes e seus familiares, um ritmo abusivo de trabalho. Abuso também dos professores, que se veem na frente de um computador, sujeitos ao requisito produtivista e técnico materializado na produção de cursos que devem ser disponibilizados na forma impressa, digital ou audiovisual, além de se incumbirem de aplicar aos estudantes esquemas de controle e de avaliação que a eles também são impostos (OLIVEIRA, 2020; ZAIDAN, GALVÃO, 2020).

A luta de classes e os conflitos relacionados à universalização e à qualidade da educação escolar, desde a Educação Básica até a Superior, expressam-se em interesses distintos no que diz respeito a suas finalidades. Para classes distintas há projetos educacionais também distintos, configurando-se numa dualidade estrutural, explicitada por Libâneo (2012), ao afirmar a escola concebida em duas vias: uma focalizada no acolhimento social aos filhos dos trabalhadores, sob a égide da retórica da cidadania e da participação; outra centrada no conhecimento, destinada a formar os filhos dos ricos.

Aconteceu que a crise sanitária acentuou a velocidade e aumentou o distanciamento entre essas duas escolas. Tal como se propagou o vírus, também se acelerou a velocidade, aumentando a distância entre a escola do acolhimento e a do conhecimento. Além disso, as desigualdades econômicas entre classes refletiram o cenário das condições estruturais da educação escolar, sendo agravado pelo forte viés neoliberal da gestão política de extrema direita, ultraconservadora e autocrática do governo federal vigente (JUNQUEIRA; PRADO, 2020).

Em outras palavras, nas políticas neoliberais das últimas décadas, pautadas nos acordos internacionais, prevalecem a lógica financeira para o fortalecimento do mercado em detrimento aos investimentos públicos para os setores sociais como a cultura, a educação e a infraestrutura (SHIROMA, EVANGELISTA, 2014; TOMMASI, WARDE; HADDAD, 2009; FRIGOTTO, CIAVATTA, 2003).

Enfim, permanecem as condições precárias do trabalho docente, acentuadas pela pandemia, pois cabia a esse profissional manter o vínculo com os estudantes e a família, usando os seus pacotes de internet, ou se encaminhando aos rincões de seu município ou estado a fim de repassar as atividades pedagógicas, pois um expressivo número de estudantes não possuía conexão em seus domicílios. Como já foi observado, muitos professores e estudantes tiveram que aumentar seus pacotes de dados para realizarem seus estudos na forma não presencial.

A responsabilização do professor, estudante e família pela continuidade da institucionalidade da educação nos defronta com as questões de sempre no que diz respeito ao aligeiramento da formação docente para o uso das tecnologias, ainda centrada nos aspectos técnicos, em detrimento dos conhecimentos didático-pedagógicos.

No que diz respeito à relação entre tecnologias e educação, essa formação tem desconsiderado a constituição histórica, humana e política dos aparatos tecnológicos, pois compreende as tecnologias somente por suas funcionalidades. Isto representa um reducionismo que nos impede de perceber a forma como as tecnologias têm sido apropriadas pelos interesses “hegemônicos no mundo contemporâneo” (MARCON, 2015, p. 82), em especial, no campo educacional no que concerne à intencionalidade da agenda neoliberal que visa ao crescimento do mercado neste setor.

Nesse sentido, ressaltamos a intensa ação de representantes de instituições privadas, no Conselho Nacional de Educação, que corroboraram intensamente na última versão da Base Nacional Comum Curricular, visando a mercantilização do ensino público no país, em especial no que tange às soluções tecnológicas para o ensino de linguagem computacional com o uso da robótica, a “necessidade” de aquisição de dispositivos móveis e de plataformas digitais “prontas” para a educação a distância (PERONI, CAETANO, ARELARO, 2019).

Na situação excepcional em que nos encontramos, qual é realmente o papel da educação escolar? Certamente, que não é assegurar a continuidade educacional sem critérios pedagógicos e desconsiderando o contexto da pandemia global. Assim, precisamos, naquele momento, de informações, conhecimento, preparo e planejamento específicos para tomar as decisões quanto à pandemia, o regime emergencial de aulas não presenciais não poderia ser visto como uma solução genérica aplicável em qualquer contexto. Os cenários foram diversos, tendo em comum, a imposição do distanciamento físico.

A título de considerações possíveis, abordaremos alguns aspectos que precisam ser diretamente levados em conta para a organização do ensino e da dinâmica da aprendizagem dos estudantes em processos de ensino não presenciais.

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A necessidade de distanciamento social devido à pandemia do coronavírus afetou as diversas esferas da vida social e agravou a crise da economia capitalista que já estava em curso (GOUVÊA, 2020; HARVEY, 2020; IANONI, 2020). A crise sanitária foi, de fato, uma realidade gerada e aprofundada pela crise econômica. Isso porque, o capital modifica as condições ambientais de sua própria reprodução, mas não teve total controle na instalação da pandemia em razão da velocidade de propagação e contágio pelo coronavírus.

Nesse sentido, não existiu um desastre natural propriamente dito. Os vírus evoluem, estão em constante mutação. “Mas as circunstâncias nas quais essa mutação torna-se uma ameaça à vida dependem das ações humanas” (HARVEY, 2020, p. 15).

Esse quadro afetou diretamente a escola, sendo fundamental considerar o caráter emergencial na reorganização didático-pedagógica das aulas. Decorre daí que, diante do contexto pandêmico em um viés crítico, o mote foi de reinventar as formas de ensino, ou então, transpor os conteúdos escolares da forma presencial para o trabalho pedagógico remoto, utilizando soluções “inovadoras” disponibilizadas pelas plataformas digitais em desenhos didático-pedagógicos nos ditos novos espaços e tempos.

No entanto, a natureza social da educação formal conserva-se, visto que a pandemia não revolucionou a forma como os homens produzem a sua existência material. Então, não se trata de reformular inteiramente a organização dos processos educacionais de forma a redefinir o papel social da escola. Esse momento de emergência acirrou desigualdades sociais preexistentes e acentuou a expropriação do trabalhador<sup>2</sup>.

O acesso aos bens materiais e imateriais - condição para sobrevivência humana, para a saúde e a educação - continua ocorrendo em função da classe social a qual se pertence. Daí que não se alterou, em sua essência, o papel social da educação de “[...] propiciar os meios da apropriação dos saberes sistematizados constituídos socialmente, como base para o desenvolvimento das capacidades intelectuais e a formação da personalidade” (LIBÂNEO, SILVA, 2020, p. 821), o que instrumentaliza a classe trabalhadora para compreender a realidade, posicionar-se conscientemente frente a essa e reunir meios para transformá-la.

A repercussão dessa escola “socialmente justa” (LIBÂNEO, SILVA, 2020), no plano didático-pedagógico, implica em considerar os elementos do ato didático como seus organizadores. Em outras palavras, o regime especial de aulas não presenciais com suporte impresso ou digital, deveria estar orientado pelo conteúdo, pelos objetivos de ensino, pelas estratégias e procedimentos adotados, pelo material didático utilizado e pelas formas de avaliação. Enfim, a organização do trabalho pedagógico não presencial precisaria envolver os aspectos particulares ao processo de ensinar e de aprender e ser objeto de planejamento, não sendo compatível com a improvisação.

Então, o emergencial sistema de aulas não presenciais, que deveria ser baseado na educação como direito universal, orientaria a gestão, a adoção de suportes tecnológicos e a revisão curricular de forma a não acentuar as desigualdades sociais.

A título de contribuição para o debate, destacamos três aspectos para o enfrentamento dos tempos de pandemia, que são: a reorganização do calendário escolar, o desenvolvimento de suporte tecnológico pelo setor público e uma revisão curricular fundada numa escola socialmente justa.

No que diz respeito à reorganização do calendário escolar, é desejável a realização de atividades remotas com os estudantes, mantendo o seu vínculo com a instituição educacional, mas estas não precisam ser computadas como carga horária regular. O ano letivo não precisa coincidir com o ano civil, principalmente em situações excepcionais como a que nos encontramos.

É possível reorganizar os dias letivos e horas de modo a garantir o ensino presencial para todos, assegurando-se que não haja discriminação devido às condições de vida dos estudantes e à estrutura das instituições educacionais. Para tal, seria importante reconhecer um ciclo letivo 2020-2021 sem a realização de quaisquer avaliações censitárias em 2020 ou no primeiro semestre de 2021.

Outro aspecto que se coloca é a superação da vigilância e da punição dos professores. Isto porque as atividades docentes diárias, junto aos estudantes, requerem dos gestores públicos da educação formas coletivas de reorganização do conteúdo, do calendário escolar, do processo de ensino e aprendizagem, bem como formas de diálogos destes agentes educacionais.

Ao mesmo tempo, impõe-se a articulação de esforços e recursos da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) com prefeituras dos municípios e governos estadual e federal para a oferta e ampliação de programas de acesso público à rede, adequados às condições de isolamento e de distanciamento social. A criação de um suporte tecnológico acessível a todos, implicaria também investir no desenvolvimento de plataformas e tecnologias próprias para as atividades remotas, no sentido de garantir autonomia tecnológica e emancipação dos interesses mercadológicos das corporações transnacionais privadas do setor público.

Outro aspecto a ser considerado, é a necessária revisão curricular. Para que se preserve a função social da escola o currículo precisa ir além da transposição de materiais didáticos e orientações pedagógicas presenciais para as plataformas on-line.

A socialização do conhecimento social e historicamente acumulado demanda a adequação curricular ao contexto da pandemia, visto que é fundamental levar em conta as relações concretas entre os sujeitos, os objetos teórico-práticos do conhecimento e a realidade objetiva. Os conteúdos - abordados em sua complexidade e profundidade (visto que não estamos propondo uma redução do calendário escolar) - podem ser tratados de forma articulada aos temas que emergem da realidade social, ecológica, sanitária, estatística, sob os efeitos da pandemia.

Tomados como pontos de partida, esses temas podem permear as ações formativas que devem permitir que o estudante realize abstrações que lhe permitam superar uma visão caótica e aparente da realidade e alcançar uma compreensão dos múltiplos fatores que determinam essa crise, que não é natural e nem uma fatalidade.

Essas três propostas para enfrentar o quadro educacional, no período de pandemia, referem-se a demandas educativas que persistem, visto que a necessidade de socialização dos conhecimentos, função da educação pública antes da pandemia, se confirmou no contexto e se estende para além dele. A reorganização do trabalho pedagógico e curricular, no sentido de superação das desigualdades sociais preexistentes, já se colocava como necessidade que se agrava com a crise pandêmica.

Decorre daí afirmarmos que, assim, como não se verificou uma alteração estrutural na maneira como a sociedade se organiza em suas formas de produção, também não se estabeleceram as condições para uma alteração significativa na função social da escola pública. E, as condições para uma nova ordem social serão construídas a partir da compreensão da realidade presente, exercício para o qual buscamos contribuir.

#### *REMOTE PEDAGOGICAL WORK: EMERGING ISSUES AND QUESTIONS ALWAYS*

**Abstract:** *this article proposes a debate regarding the relationship between the objective conditions from the COVID-19 pandemic phenomenon, and their implications towards the educational field. Starting from considerations about the pandemic context and the adoption of remote work in schools, highlighting that is essential to distinguish between the health emergency and the educational emergency. The discussion presented here is based on*

*literature review. It considers that there are specific aspects to be respected in the context of social distancing; however, the emergency system of non-presential classes adopted, to compensate for the closing of schools, faces weakened public education networks and the precariousness of teaching work. This moment of emergency intensifies preexisting social inequalities and accentuates the expropriation of the worker. Thus, the emerging issues from the pandemic context need to be considered in conjunction with educational issues that already exist in the Brazilian scenario. The text states that the social nature of formal education is preserved, as the pandemic did not revolutionize the way men produce their material existence. Therefore, it is not about completely reformulating the organization of educational processes to redefine the social role of the school, neither the educational purposes.*

**Keywords:** COVID-19 Pandemic. Emergency system of non-presential classes. Technology and Education.

Notas

- 1 Dados oficiais do Ministério da Saúde, atualizado às 19h do dia 15/08/2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- 2 O Brasil enfrenta o coronavírus com 50 milhões de pessoas que não estão protegidas por um contrato de trabalho e mais outros tantos trabalhadores formais em condições precárias devido as ditas “reformas” que, a partir de 2016 se orientaram para a informalidade e a flexibilização de direitos, deixando os trabalhadores mais vulneráveis às crises (ANTUNES, 2020).

Referências

AGÊNCIA BRASIL. MEC permite incluir atividades a distância no calendário do ano letivo. Diretrizes definidas pelo CNE para todas as etapas de ensino. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-06/mec-permite-incluir-atividades-a-distancia-no-calendario-do-ano%20letivo>. Acesso em: 15 ago. 2021.

AGÊNCIA FIOCRUZ DE NOTÍCIAS. *Fiocruz detecta mutação associada a variantes de preocupação no país*. 2021. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/fiocruz-detecta-mutacao-associada-variantes-de-preocupacao-no-pais>. Acesso em: 15 ago. 2021.

ANTUNES, R. *Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. *As universidades são um dos maiores aliados dos brasileiros no enfrentamento do coronavírus*. 20 ago. 2020. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=85189>. Acesso em: 15 ago. 2021.

AUDI, A.; ZAMBARDA, P. *Escola com partido*. Aulas online obrigam milhões de alunos a usar app de empresa obscura que criou TV Bolsonaro, 2020. *The Intercept Brasil*. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/06/15/app-empresa-tv-bolsonaro-aulas-online-pandemia/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

AVELAR, M. *Educação e COVID-19: cenário para o avanço da privatização? Campanha Nacional pelo Direito à Educação*. 2020. Disponível: <https://campanha.org.br/analises/marina-avelar/educacao-e-covid-19-cenario-para-o-avanco-da-privatizacao/> Acesso em: 7 set. 2020.

BARBOSA, E. de S. *Os significados das inovações tecnológicas na organização do trabalho pedagógico do ensino médio na rede estadual de educação de Pernambuco*. 2022. 278 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

BRASIL. Organização Mundial da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde. *OMS declara emergência de saúde pública de importância internacional por surto de novo coronavírus*. 2020. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6100:oms-declara-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-em-relacao-a-novo-coronavirus&Itemid=812](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6100:oms-declara-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-em-relacao-a-novo-coronavirus&Itemid=812). Acesso em: 18 jun. 2020.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO; CEDECA CEARÁ; GRUPO DE PESQUISA DIREITO À EDUCAÇÃO, POLÍTICAS EDUCACIONAIS E ESCOLA; REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE. *Recomendações para a disponibilização e a coleta de dados sobre as ações das redes de ensino relacionadas às atividades educacionais durante a pandemia da Covid-19* [Nota Técnica]. São Paulo / Fortaleza: [Nota Técnica]. São Paulo / Fortaleza: CNDE / CEDECA-CE / DiEPEE-UFABC / REPU, 2020.

CETICBr. *Painel TIC COVID-19*. 2020. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/tic-covid-19/indicadores/>. Acesso em: 11 ago. 2020.

CNTE. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. *Diretrizes para a educação escolar durante e pós-pandemia*. 2020. Disponível em: [https://cnte.org.br/images/stories/2020/cnte\\_diretrizes\\_enfrentamento\\_coronavirus\\_final\\_web.pdf](https://cnte.org.br/images/stories/2020/cnte_diretrizes_enfrentamento_coronavirus_final_web.pdf). Acesso em: 16 set. 2020.

COSTA, M. F. *Os conflitos vivenciados em torno do trabalho docente na perspectiva de professoras de educação básica em contexto de pandemia*. 2021.

326 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

DOURADO, L. F.; SANTOS NETO, V. B.; BORGES, M. C. Políticas em educação a distância e sua dinâmica normativa após 1990 ao contexto atual. *Revista Educação e Políticas em Debate*. v. 9, n. 1, p. 22-52, jan./abr. 2020.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: ---- (org.). *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, p. 17-34, 2017.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Educação escolar em tempos de pandemia na visão de professores/as da educação básica*. Informe n. 1. 2020. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-1>. Acesso em: 16 set. 2020.

GESTRADO/UFGM (Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente); CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação). *Trabalho docente em tempos de pandemia*. Relatório técnico. Belo Horizonte: GESTRADO. 2020.

GOUVÊA, M. M. A culpa da crise não é do vírus. In: MOREIRA et al. *Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais*. Rio de Janeiro: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, p. 19-28, 2020.

GOVBr. *MEC recomenda volta às aulas presenciais*. Em pronunciamento, o ministro da Educação fez um apelo para o retorno às aulas presenciais com segurança. 21/07/2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2021/07/mec-recomenda-volta-as-aulas-presenciais>. Acesso em: 15 ago. 2021.

HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, M. et al. *Coronavírus e a luta de classes*. Brasil: Terra sem Amos, p. 13-24, 2020.

IANONI, M. Três crises: sanitária, econômica e política. In: AUGUSTO, C. B.; SANTOS, R. D. (org.). *Pandemias e pandemônio no Brasil*. São Paulo: Tirant lo Blanch, p. 111-119, 2020.

IBGE Educa. *Uso de internet, televisão e celular no Brasil*. 2017. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-deinternet-televisao-e-celular-no-brasil.html>. Acesso em: 09 set. 2020.

INSTITUTO PENÍNSULA. *Em quarentena: 83% dos professores ainda se sentem despreparados para ensino virtual*. 2020. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/em-quarentena-83-dos-professores-ainda-se-sentem-despreparados-para-ensino-virtual-2/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

JUNQUEIRA, R. D.; PRADO, M. A. M. A gestão ético-política da pandemia de covid-19 no Brasil: “grupo de risco” e normalização da catástrofe. *Campanha Nacional pelo Direito à Educação*. 2020. Disponível em: [Gestao\\_etico-politica\\_Covid-19\\_RogérioJunqueira\\_MarcoPrado\\_Site\\_Campanha.pdf](#). Acesso em: 8 set. 2020.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, v. 38, p. 13-28, 2012.

LIBÂNEO, J. C.; SILVA, E. Finalidades educativas escolares e escola socialmente justa: a abordagem pedagógica da diversidade social e cultural. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*. Araraquara, v. 24, n. esp. 1, p. 816-840, 2020.

MARCON, M. A da C. *As Relações entre Tecnologia e Educação em Produções Acadêmicas sobre a Formação de Professores no ProInfo*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. GOIÂNIA. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Guia de implementação de protocolos de retorno das atividades presenciais nas escolas de educação básica*. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/GuiaderetornodasAtividadesPresenciaisnaEducaoBsica.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MORENO, B. S. *Secretarias estaduais de educação e gestão de redes de ensino durante a pandemia da Covid-19*. 2022. 166 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004.

OLIVEIRA, F. L. Educação transformada em EAD durante a pandemia: quem e o que está por trás dessa ação? In: AUGUSTO, C. B.; SANTOS, R. D. (org.). *Pandemias e pandemônio no Brasil*. São Paulo: Tirant lo Blanch, p. 247-26, 2020.

PEREIRA, J.; EVANGELISTA, O. Quando o capital educa o educador: BNCC, Nova Escola e Lemann. *Movimento - Revista de Educação*, v. 10, p. 65-90, 2018.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R.; ARELARO, L. R. G. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação? *RBPAAE*, v. 35, n. 1, p. 35-56, jan./abr. 2019.

PRETTO, N.; MENEZES, K.; NASCIMENTO, L.; RAMOS, V.; AMIEL, T. *Por uma política de TI para a educação*. 2020. Disponível: <http://www.pretto.info/>. Acesso em: 25 set. 2020.

PRONKO, M. Educação pública em tempos de pandemia. In: SILVA, Letícia Batista; DANTAS, André Vianna. (org.). *Crise e Pandemia: quando a exceção é regra geral*. Rio de Janeiro: EPSJV, p. 113-129, 2020.

SANFELICE, J. L. A crise do capitalismo e seus impactos na educação brasileira. In: LOMBARDI, J. C. (org.) *Crise capitalista e educação brasileira*. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 95-100, 2016.

SAVIANI, D. A crise estrutural do capitalismo e seus impactos na educação pública brasileira. In: LOMBARDI, J. C. (org.) *Crise capitalista e educação brasileira*. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 31-45, 2016.

SAVIANI, D. A crise política no Brasil, o golpe e o papel da educação na resistência e na transformação. In: LUCENA, C.; PREVITALI, F. S.; LUCENA, L. (org.). *A crise da democracia brasileira*. Uberlândia: Navegando Publicações, p. 215-232, 2017.

SAVIANI, D. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação – o desmonte da educação nacional. *Revista Exitus*, Santarém, v. 10, p. 1-25, 2020.

SOARES, S. B. V. Coronavírus e a Modernização conservadora da Educação. In: SOARES, Sábvia Bona V. et al. (org.). *Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil*. Editora Terra Sem Amos: Brasil, p. 5-19, 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Educação na pandemia: Ensino a distância dá importante solução emergencial, mas resposta à altura exige plano para volta às aulas*. 2020. Disponível em: [https://todospelaeducacao.org.br/noticias/Educacao-na-pandemia-Ensino-a-distancia-da-importante-solucao-emergencial\\_-mas-resposta-a-altura-exige-plano-para-volta-as-aulas/](https://todospelaeducacao.org.br/noticias/Educacao-na-pandemia-Ensino-a-distancia-da-importante-solucao-emergencial_-mas-resposta-a-altura-exige-plano-para-volta-as-aulas/). Acesso em: 15 ago. 2021.

ZAIDAN, J. M.; GALVÃO, A. C. COVID-19 e os abutres do setor educacional: a superexploração da força de trabalho escancarada. In: AUGUSTO, C. B.; SANTOS, R. D. (org.). *Pandemias e pandemônio no Brasil*. São Paulo: Tirant lo Blanch, p. 261-275, 2020.

ZIENTARSKIL, C.; SOUSA, E. M. O.; MARTINS, I. C. C. M. Trabalho docente em tempos de pandemia: a realidade vivenciada por professores e equipes gestoras de instituições de ensino da região metropolitana de Fortaleza/CE. *REPOD - Revista Educação e Políticas em Debate*. v. 10, n. 3, p. 1012-1036, set./dez. 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/download/62165/32640/274094>. Acesso em: 20 jan. 2022.